



Uma análise dos saberes em torno da homossexualidade no Congresso Nacional Brasileiro através das legislaturas de Jean Wyllys e Jair Bolsonaro (2011-2014).

ANDERSON DA CRUZ NUNES

Introdução

O presente trabalho é uma reflexão acerca da construção de saberes sobre a homossexualidade no Congresso Nacional. Essa análise é parte do projeto que está sendo desenvolvido no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

No Brasil, números oficiais do governo, bem como aqueles realizados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia) apontam o Brasil como campeão mundial de assassinatos por intolerância sexual, esta realidade encontra-se diretamente ligada ao que circula por verdade sobre as sexualidades não hegemônicas.

O último relatório publicado pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) aponta que no ano de 2012 o Brasil registrou 3.085 denúncias de violências motivadas por preconceito sexual no país. Já o Grupo Gay da Bahia, mostra que em território nacional ocorreram 312 assassinatos motivados por intolerância sexual no ano de 2013. Apesar desses números e do latente debate sobre a homossexualidade, no Brasil a homofobia não é crime, e as leis do país diferenciam seus cidadãos por suas orientações sexuais na medida em que não conferem os mesmos direitos legais, como o casamento civil, a heterossexuais e homossexuais.

Na história recente do Brasil, temas que envolvem a homossexualidade vêm sendo amplamente discutidos pelas mídias, pelos movimentos sociais e por personagens políticos. Deve-se esse momento, sobretudo, as conquistas dos movimentos feministas e LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) após a década de 1960.

Dessa forma, em meio aos nuances políticos, culturais e econômicos da segunda metade do século XX, as sociedades ocidentais viram e fizeram emergir novos discursos sobre as questões que envolviam as relações não-heterossexuais, bem como uma crítica aos padrões normativos, violentos e preconceituosos construídos na modernidade por uma sociedade que se caracterizava, e ainda é marcada, pelo machismo e pelo patriarcado.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas.



Recentemente, dois nomes da política nacional vêm recebendo atenção dos meios de comunicação pelas posições antagônicas quanto às diversas manifestações da sexualidade humana. De um lado, o Deputado Federal do Partido Progressista (PP) Jair Bolsonaro, posiciona-se contrariamente aos projetos destinados à promoção da diversidade sexual no Brasil. De outro, o Deputado Federal Jean Wyllys do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apoiado pela comunidade LGBT e simpatizante é a voz mais ativa dos direitos dos homossexuais no Congresso Nacional.

Sendo assim, estamos diante de dois políticos, representantes de parcelas da população, na qual defendem duas posições no Congresso Nacional. São discursos responsáveis pela construção de verdades sobre a sexualidade, bem como são também importantes para os rumos institucionais naquilo que se refere às relações do Estado junto às chamadas “minorias”.

Dessa forma, um estudo das legislaturas de ambos os deputados nos permitem refletir sobre como se constrói os saberes acerca da homossexualidade e quais as políticas públicas propostas e aprovadas para assegurar os direitos dos/as homossexuais.

No entanto, é preciso esclarecer que nossa proposta é uma contribuição à historiografia dos estudos de gênero e sexualidade e também uma contribuição de caráter social, principalmente para aqueles que sofrem violências diárias por conta de sua orientação sexual. Não temos a pretensão e nem achamos possível, traçar uma história completa e total sobre a relação do Estado brasileiro com os/as homossexuais, mas acreditamos que uma análise crítica sobre as falas proferidas de Bolsonaro e Wyllys podem esclarecer e situar a que discurso as retóricas pertencem e de que forma contribuem para a formação dos sujeitos.

Um breve olhar sobre História da Homossexualidade

Ao longo da história as relações homoafetivas não desfrutaram de plena tranquilidade. Fala-se, por vezes, erroneamente da Grécia antiga e de sua aceitação as relações homossexuais, seria antes uma meia verdade. As pesquisas mostram a pederastia como uma instituição grega, que certamente englobava intenções pedagógicas, mas também relações de prazer. Para Borrillo:

A Grécia antiga reconhecia oficialmente os amores masculinos; se as relações sexuais entre os homens desempenhavam uma função iniciática, nem por isso tais ritos estavam desprovidos de desejo e prazer. Assim, impregnado por essa atmosfera de erotismo viril, a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima. (BORRILLO, 2010: 45)

No entanto, tinham-se suas regras, e uma série de condutas não eram permitidas ou bem vistas naquela sociedade, como por exemplo, a relação passiva de um cidadão grego, ou ainda, o afastamento do que se entendia por virilidade e comportamento masculino. Mas, sem dúvidas, a homossexualidade gozou de uma legitimidade, ainda em que em termos, maior do que vimos na modernidade.

Após isso, durante a Idade Média e da ascensão do cristianismo, a ideia de pecado se instaurou sobre as relações homoafetivas vistas pela Igreja Católica como manifestações de uma sexualidade não natural. Obstinação a tolerar somente as relações de sexo para a procriação, o pensamento cristão relegou aqueles que praticavam a sodomia às fogueiras da Santa Inquisição. Sobre o período, Borrillo nos diz que:

O sistema de dominação masculina do tipo patriarcal consolida-se com a tradição judaico – cristã; no entanto, esta introduziu uma nova dicotomia, “heterossexual/ homossexual” que, desde então, serve de estrutura, de ponto de vista psicológico e social, a relação com o sexo e a sexualidade. (BORRILLO, 2010: 47)

Contudo, é após as revoluções burguesas que o ocidente fez emergir sistematicamente aquilo que viemos a entender pelo termo sexualidade. O pensador francês Michel Foucault (2010) lança um horizonte de entendimento de como a sexualidade humana foi percebida, dirigida e gerida após as revoluções Industrial e Francesa. Para ele, os sujeitos foram/são constituídos por uma série de discursos como aqueles vindos do Direito, da Medicina e da Religião. Negando a hipótese que a modernidade simplesmente tenha reprimido o sexo, Foucault diz que “o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem devotado a falar sempre, valorizando-o como segredo (FOUCAULT, 2010: 42)

O autor nos ajuda a compreender como a sexualidade foi sendo utilizada nas sociedades industriais a partir do século XIX. Compartilhando com Foucault a ideia que a sexualidade não foi apenas objeto de interesse do âmbito privado e familiar, Giddens entende que a:

Sexualidade: tema que poderia parecer uma irrelevância pública – questão absorvente, mas essencialmente privada. Poderia ser também considerada um fator permanente, pois se trata de um componente biológico e como tal necessário a continuidade das espécies. Mas, na verdade, o sexo hoje em dia aparece continuamente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução. O que se diz é que durante as últimas décadas ocorreu uma revolução sexual; e as esperanças revolucionárias têm conduzido à reflexão sobre a sexualidade muitos pensadores, para os quais ela representa um reino potencial da liberdade, não maculado pelos limites da civilização atual. (GIDDENS, 1993: 9)

O historiador James Green (1999) analisou a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. O autor lembra que na primeira metade do século estudado, a homossexualidade era representada em ligação à feminilidade e à prostituição, acarretando assim uma série de preconceitos e estigmas a muitos brasileiros e brasileiras.

Analisando uma história pornográfica homossexual intitulada *O menino do Gouveia*, Green lembra uma figura conhecida desse período nos parques do Rio de Janeiro, o Fanchono. Este termo se refere a homens mais velhos que buscavam prazeres com rapazes mais jovens e efeminados, algo comum nas praças públicas cariocas no início do século XX.

Nesse sentido, diferentemente de hoje, onde o homem que desempenha a atividade nas relações sexuais tende a ser visto também como homossexual. O fanchono poderia passar despercebido, provavelmente por conta da sua distância da feminilidade, bem como da crença da atividade sexual, como um indicador de virilidade e masculinidade, ainda mais quando praticado com um rapaz mais jovem e efeminado. Sobre isso, autor adverte que:

Contudo, como veremos adiante, o fanchono- definido mediante seu papel sexual, como aquele que penetra – era relativamente invisível aos observadores externos que descreviam esse mundo de putos e frescos. Isso devia ocorrer, em parte, porque sua aparência e comportamento público menos feminilizados permitiam que ele passasse despercebido. A aparente masculinidade dos fanchonos os protegiam das prisões e do olhar dos médicos, advogados e de outros voyeurs responsáveis pela maior parte da documentação escrita sobre o homoerotismo na belle époque brasileira. (GREEN, 1999: 71)

A partir da década de 1960, com a emergência e o fortalecimento dos movimentos feministas e gays, as sociedades ocidentais passaram a questionar tradicionais padrões de gênero e sexualidade construída discursivamente pelas sociedades industriais. Nesse sentido,

Pedro Paulo Oliveira (2004) entende que os discursos contra hegemônicos emergem e criam força dentro de um contexto histórico e social em transição, para o autor:

O impulso mundial do capitalismo, logo após a Segunda Grande Guerra, deu-se, sobretudo, a seu dinamismo tecnológico aliado a busca incessante de novos mercados. Avançando em todas as partes do globo, ele incorporou novos grupos étnicos e culturas que passaram a compor seu ampliado mercado de trabalho e consumo. Ao estender suas promessas e sonhos as novas clientelas, não hesitou em sacrificar e minar a racionalidade universalista ocidental, mantendo apenas o que: a onipotência da instituição do mercado. Nesse contexto, uma variedade de culturas, dialetos e formas de fazer as coisas, se constituíram numa miscelânea de perspectivas e possibilidades que, ao lado do dinamismo consumista exacerbado pelo mercado, compõe o pano de fundo de onde emerge a sociedade pós-moderna. (OLIVEIRA, 2004: 86)

Contudo, as lutas de gays e lésbicas da segunda metade do século XX podem expressar bem o fragmento típico das sociedades pós-industriais. Essa “onda” de manifestações sobre o corpo, a sexualidade e as identidades, não ameaçava o sistema organizacional e econômico vigente. Sobre isso, Oliveira diz que:

As políticas da identidade, como o feminismo, o movimento gay e todas aquelas que visam favorecer os mais diversos grupos étnicos, vicejaram nesse caldo cultural pós moderno, beneficiadas pela continua expansão do capitalismo que aglutinava em torno do mercado um número cada vez maior de consumidores e trabalhadores recrutados não necessariamente de acordo com as características do agente hegemônico, ou seja, macho branco, de ascendência européia e heterossexual. Essas políticas puderam se manifestar sem necessariamente defender nenhuma bandeira anticapitalista, o que as tornou mais simpáticas aos detentores do poder econômico. Pelo menos não suscitaram reações mais enérgicas dos setores mais poderosos, exatamente os segmentos que detém a supremacia econômica. (OLIVEIRA, 2004: 92-93)

Em meio a essa conjuntura, uma série de avanços e retrocessos foi observada até os dias atuais. Os anos 1980 foram marcados pela epidemia da AIDS. Se de um lado houve um recrudescimento da ofensiva homofóbica que via no vírus uma espécie de praga gay ou um castigo divino para aqueles que cometiam o pecado da sodomia, por outro lado, a situação fez com que a homossexualidade fosse visibilizada. O Brasil assistiu a morte de ídolos como Cazusa e Renato Russo por conta da doença, mas também acompanhou o desenvolver de



redes de solidariedade de enfrentamento ao HIV/AIDS que até hoje estão diretamente ligados aos movimentos LGBTs.

Nessa perspectiva, acreditamos que a presente proposta de trabalho é fecunda não só por sua relevância social, na medida em que trabalhamos com sujeitos historicamente constituídos e conseqüentemente discriminados, mas igualmente importante, por tratar-se de uma contribuição aos estudos históricos, no tocante a tríade História, sexualidade e discurso.

Problemática de pesquisa

Os meios de comunicação veicularam entre os anos de 2011 e 2014 uma série de informações, discussões e polêmicas envolvendo os deputados federais Jair Bolsonaro e Jean Wyllys. Dessa forma, grande parte que sabemos da relação homossexualidade e política parte da grande mídia. Temas como a aprovação da PLC 122/06 (lei que criminaliza a homofobia), o casamento civil igualitário e o projeto Escola sem homofobia, geraram uma série de debates tanto no plenário quanto na sociedade como um todo.

Desse modo, nossa problemática de pesquisa consiste em uma reflexão crítica, além da descrição dos enunciados e suas possíveis interpretações do que se pensa, se fala e se entende por homossexualidade. Entendemos o confronto de enunciados entre os parlamentares como pertencentes a discursos de verdade que formam o objeto de que falam, ou seja, estamos diante de uma manifestação da sexualidade construída discursivamente, e localizada junto às relações de poder existentes tanto no que se refere às hierarquias das sexualidades, quanto no tocante da relação entre jogo político e opinião pública.

Para René Remónd (2003), as eleições e os números de disputa eleitoral podem servir cientificamente ao historiador do político e do presente na medida em que pode, no mínimo, problematizar a adesão de uma ou de outra ideologia, de um ou de outro discurso. Segundo o autor:

A democracia representativa inscreveu a aritmética no centro do sistema político: o resultado das disputas eleitorais, a conclusão dos debates parlamentares dependem da exatidão das somas, da precisão das subtrações. Como a França foi o primeiro grande país europeu a adotar o sufrágio universal, que foi progressivamente estendido à maioria dos procedimentos de designação, e desde então o tem praticado sem outra interrupção além das impostas pelas duas guerras mundiais, os



historiadores da vida política dispõe de uma série contínua de consultas que compreende todos os tipos de eleições políticas, sem esquecer as eleições sociais ou profissionais, com as quais as comparações podem ser muito ricas de ensinamentos.
(RÉMOND, 2003: 32)

Portanto, podemos pensar sobre a adesão de sujeitos aos sentidos construídos pelos discursos de seus representantes. Tomamos, por exemplo, as recentes eleições de 05 de Outubro de 2014, na qual tanto Jean Wyllys (144.770 mil votos) quanto Jair Bolsonaro (464.572 mil votos) foram reeleitos como deputados federais pelo Rio de Janeiro. Se por um lado, apenas com esses dados, não podemos afirmar que os eleitores cariocas optaram pelo discurso conservador, por outro não podemos ser ingênuos ao ponto de acharmos tais resultados irrelevantes.

Contudo, podemos afirmar que eleitores e cidadãos são interpelados por discursos disponíveis no campo político. Portanto, uma análise desses enunciados historicamente e geograficamente bem delimitados, problema central do presente simpósio, colabora com a reflexão das possíveis interpretações dos saberes, das verdades, das ideologias sobre a homossexualidade, disponíveis aos sujeitos. Então, quem é e como é formado discursivamente o homossexual no Congresso Nacional Brasileiro?

Sobre as Fontes

Nossa intenção foi buscar as falas dos dois deputados sobre tudo o que proferiram acerca da homossexualidade no tempo em que exerceram concomitantemente as funções a eles conferidas, ou seja, entre os anos 2011 e 2014. Situação essa, que se repetirá por mais quatro anos devido ambos os deputados terem sido reeleitos nas eleições de 2014.

Os discursos em plenários estão disponíveis no site oficial da Câmara dos Deputados. O acesso é fácil, bastando apenas procurar o Deputado que se queira pesquisar e abrir a página correspondente. Para cada político, além das informações básicas, biografias e endereços de contatos, há seis opções de consulta, são elas: projetos de sua autoria, projetos relatados, cota parlamentar, discurso em plenário, vídeos e áudios.

Para atender a propostas de nossa pesquisa selecionamos como fontes principais os discursos em plenários, separando todos aqueles que nos quatro anos em questão se referiam ao tema da homossexualidade. É preciso salientar também, que utilizaremos os “Projetos de sua autoria” como fontes auxiliares, já que cada proposta de projeto de lei apresentada, o



deputado autor escreve a justificativa para o mesmo. No caso da PL de Jean Wyllys que propõe o casamento civil igualitário, as justificativas encontradas no documento podem ser de grande ajuda para a interpretação do pensamento do político, bem como do discurso da qual o deputado se insere. O mesmo ocorre em relação a Jair Bolsonaro.

O debate teórico: Discurso, Sexualidade, História do Tempo Presente e da Política:

Nossa proposta de simpósio se insere nos estudos da História do Tempo Presente (HTP) que tem por característica refletir e analisar fatos e acontecimentos próximos do tempo vivido pelo pesquisador. Historiadores como Marc Bloch (2001) em *Apologia da História* e Eric Hobsbawm (1998) em *Sobre a História* já escreveram sobre o assunto, refletindo sobre as possibilidades e limites que desse campo de pesquisa.

Para o historiador Paulo Roberto Alves “A HTP não pode ser militância política e nem intelectual (2014)”. Dessa forma, não poderíamos analisar nosso objeto nem refletir sobre a temática escolhida, pensando em defender a posição de Jean Wyllys ou defender as ideias de Bolsonaro acerca de homossexualidade. O que não significa dizer que o pesquisador consegue se manter neutro diante de suas fontes, mas um bom profissional busca a objetividade mesmo reconhecendo não poder obtê-la por completo. Seria, talvez, o compromisso com o conhecimento histórico e com a disciplina, um fator central para aqueles que se debruçam no campo da História. Nessa perspectiva, ao dialogar História e ética, Fraçoís Bédarida diz que:

Em outras palavras, se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação a seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquivia: Uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência e somente uma: sua consciência de historiador é sua consciência de homem. E segundo as palavras de Rebeais, que nunca é demais repetir em virtude do seu alcance permanente e universal, “ciência sem consciência é somente ruína na alma”. (BÉDARIDA, 2002: 227)

Assim, podemos reconhecer que a HTP exige uma série de cuidados teóricos e metodológicos, mas e a história clássica, não? Então, onde repousaria a relevância de uma História do Tempo Presente? Que bons desafios esses historiadores buscam em suas pesquisas?



Para Roger Chartier, uma espécie de “inveja” tomaria conta dos historiadores modernos em relação aqueles do tempo presente, principalmente no tocante a abundância das fontes e a possibilidade do historiador do tempo presente poder “construir seu próprio arquivo”. Portanto, o autor enxerga a legitimidade e a importância de tais estudos. Para o autor:

Simplemente reconhecamos que a história do tempo presente, pela própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer as historicidades fundamentais das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício a exigência do conhecimento verdadeiro que o fundamente (2002, p. 218)

O que sabemos de Wyllys e Bolsonaro, em grande parte das vezes, são informações produzidas pela mídia e/ou divulgadas nas redes sociais. Sendo assim, por conta das características de ambos os veículos, o mercado e o imediatismo do primeiro, e a falta de critério e método do segundo, estamos diante de um conhecimento descontextualizado, fragmentado e banalizado. Sendo assim, nossa proposta de pesquisa vai ao encontro do pensamento de Gabriela Rodrigues e Enrique Padrós que nos falam que:

A ideologização da informação, através da apologia do discurso da globalização, coloca uma situação contraditória de coexistência de superinformação e subinformação. Dessa forma nunca se teve uma quantidade tão grande de informação como nesse período; entretanto, tal informação é desqualificada a partir de sua dispersão, banalização, ausência de continuidade e de reflexão, impedindo, portanto, qualquer tipo de sistematização. A procura de inteligibilidade histórica constitui-se, então numa condição fundamental para resolver os problemas de instantaneidade e imediação entre o acontecimento e o sujeito receptor. (PADRÓS, 2000: 127)

Nessa perspectiva, entendemos como necessário um estudo histórico crítico sobre os discursos sobre a homossexualidade na história recente nacional. Mas, por que a escolha do campo político? De que forma os discursos políticos podem lançar uma luz de reflexão acerca da sexualidade e de como esta é gerida, entendida e produzida no Brasil?

O historiador René Rémond (2003) em *Por uma História política* nos traz grandes contribuições no tocante a nossa proposta. A primeira delas se refere a não entendermos que para todo avanço da historiografia tenha-se que, necessariamente, abandonar contribuições anteriores. Nesse sentido, o autor situa o historiador no tempo e, que não raramente, é atingido pelas modas acadêmicas. De forma alguma, estamos sugerindo oposição a História Cultural

muito em voga no presente, ao contrário, o diálogo é fundamental com tendências, teorias e com as mais diversas disciplinas.

Diante disso, pensamos numa segunda contribuição do autor, a ideia de que o político possa ser visto como um “ponto de condensação”, ou seja, se relegamos ao político, ao Estado, o espaço onde se exerce o poder administrativo, onde se fazem leis, se aplicam penas, onde se constrói e se denomina o que é lícito ou ilícito, permitido ou proibido, e que estas decisões, ao menos na teoria, devem ser seguidas por todos, estamos diante de um espaço de interesse de todas as cores, todas as classes sociais, todas as orientações sexuais e etc. Ainda nessa ótica, Rémond nos diz que:

A análise dos processos de decisão mostra que os que decidem em política conservam certa liberdade de manobra: em sociedades tão complexas e diferenciadas como as nossas, os interesses são tão diversos e mesmo contraditórios que seu entrecruzamento e suas divergências conferem ao político um poder de arbitragem (RÉMOND, 2003: 447)

Sendo assim, é justamente nessa ideia de “arbitragem” do campo político e que não vem acompanhada se não entes de discursos e produção de sentidos, que uma análise atenta do que se toma por verdade nos enfrentamentos do Congresso Nacional acerca das sexualidades (homossexualidades) se fazem importantes e úteis.

Michel Foucault contribuiu significativamente para os estudos da sexualidade. No seu entendimento, as sociedades burguesas proliferarem os discursos sobre a sexualidade em vez de simplesmente reprimi-los. *A incitação aos discursos*, proposta pelo autor, funcionou com a ideia de que para dominar o sexo “tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas (FOUCAULT, 2010)”.

Nesse contexto, as ciências médicas instituíram aquilo que Foucault chama de *implantação perversa*, ou seja, das medievais ideias de uma prática sexual pecaminosa (sodomia) cria-se o entendimento de um sujeito perturbado e doente e, portanto, passível de medicação e tratamento (o homossexual).

Por consequência, foi preciso um processo de validação de tais discursos. Assim, o *dispositivo de sexualidade* funcionou como um mecanismo de legitimação, ou seja, um aglomerado de discursos (médicos, jurídicos, políticos) e instituições (Estado, Imprensa,



Polícia) incumbidos da tarefa de dispersar os saberes daquilo que as sociedades burguesas entendiam por normal, natural, saudável e moral. A eficácia dessa estratégia de verdades pode ser entendida junto com o pensamento foucaultiano sobre o poder, na medida em que o autor entende que o poder não reside em nenhum lugar, ele se exerce, e sua fluidez e dispersividade garantem sua positividade.

Por fim, é necessário deixarmos claro o que entendemos por discurso e de que forma sugerimos analisar a discursividade histórica de nossas fontes. Em nossa perspectiva, discursos não são dissociados das relações de poder, dos regimes de verdades e do tempo histórico.

Em 1982, Paul Veyne afirma que Foucault revolucionou a História. Michel Foucault é um pensador que olha para as margens, crítico da história das ideias e das mentalidades, o autor vê a história como descontinuidades, dispersões, e não através das permanências e continuidades como muitos historiadores contemporâneos a ele construíam o saber histórico. Mesmo não sendo exatamente um historiador, Foucault com suas obras *Arqueologia do Saber* (2000), *A História da Loucura na Idade Clássica* (1972), *A Ordem do Discurso* (2013), *Microfísica do Poder* (1979) e *a História da sexualidade I* (2010), fornecem uma série de reflexões, conceitos e metodologias que além de aplicáveis a História, se mostram igualmente eficazes em outras áreas do conhecimento.

Contudo, para a análise que propomos fazer, utilizando o pensamento foucaultiano, precisamos deixar claro o que entendemos por discurso e enunciados e sua relação com o saber, o poder e a História. Todo objeto não pode ser encarado como se tivesse uma pré-existência específica ao discurso, ou seja, o discurso forma aquilo que diz, em condições específicas no tempo e no espaço. Portanto, a sexualidade é um dispositivo criado no tempo. Não poderíamos falar em uma homossexualidade de Alexandre, o Grande da forma que a entendemos hoje, o imperador jamais poderia ser chamado de homossexual em seu tempo, e não nos referimos somente à palavra, mas sobretudo, da historicidade e do sentido dos termos que foram cunhados, produzidos, reproduzidos e reformulados a partir da modernidade.

Discurso é prática, é luta e não reflexo de algo, não é explicação para algo, ou simplesmente uma fala. Um discurso é construído por palavras, símbolos e signos. Uma olhada atenta à obra de Foucault entendemos que embora alguns conceitos sofram algumas



alterações desde a sua fase arqueológica, passando pela genealógica até chegar na ética, Discurso sempre foi alvo das pesquisas do autor. Para o filósofo, não deveríamos mais:

Tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2009: 55)

A função dos enunciados para o autor, de forma simplificada, serve para dar inteligibilidade a um discurso. Então, chamaremos de discurso o espaço que se encontra uma série de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva, ou seja, um mesmo conjunto de regras e estratégias de um dado tempo histórico que formam os objetos de que falam. Um analista de discursos, amparado por Foucault, longe de apenas descrever o significado das palavras, ou se atentar a escrever as permanências, deve trabalhar na dispersão e na multiplicação das coisas ditas.

Considerações finais

No dia 16 de Junho de 2011, após o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal, o Deputado Jair Bolsonaro foi a plenário falar daquilo que considerou “equivoco do STF”. Para ele, o judiciário “tropeçou no tocante à ética, à moral e aos bons costumes”.

Assim, para Bolsonaro, tratar a união homoafetiva como família é algo incabível, pois tais relações não podem gozar dos mesmos direitos relegados somente aos casais heterossexuais. Estamos diante de uma fala que se mescla com os discursos tradicionais construídos na modernidade e assinalados por Foucault, ou seja, as distinções entre as manifestações da sexualidade consideradas normais ou anormais.

Por outro lado, em Fevereiro de 2013, o Deputado Jean Wyllys junto com a parlamentar Érika Kokay propõe um projeto de lei que visa reconhecer o casamento civil gay



no legislativo. Em sua justificativa, Jean fala que a conquista do direito do casamento significa, sobretudo, a “luta pelo reconhecimento social e político”. Portanto, estamos diante de uma ideia de igualdade de direitos, independentes das diferenças que existem entre os sujeitos. Essa retórica de Wyllys é possível devido a um novo panorama discursivo, possível devido às inúmeras transformações que a sociedade ocidental passou no decorrer do século XX até os dias atuais.

Portanto, devemos entender que estamos diante de uma luta simbólica, mas com efeitos “reais”. Pela descrença numa sociedade que rumo para o “progresso” (ao menos no sentido iluminista da palavra), entendemos que uma análise da elaboração, do desenvolvimento e da circulação dos discursos e dos saberes são essenciais para a compreensão dos temas que tangem a homossexualidade no Brasil, bem como acreditamos contribuir com os sujeitos inseridos nessas relações de poder e saber.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marlise M. M. Dimensões da masculinidade no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 1, n. 1. 2000.

Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/311>.
Acessado em: 07/01/2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia. *História dos homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2010.



GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GREEN, James N. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

HOBBSBAWN, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LENSKIJ, Tatiana, HELFER, Nadir Emma (orgs). A memória e o ensino de História. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

REIS, José C. O desafio historiográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVEIRA, Luciano A. Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, Pedro P. A construção social da masculinidade. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Pedro P. Discursos sobre as masculinidades. Revista estudos Feministas, Florianópolis, v.6, n. 1. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036>. Acessado em: 08/01/2014.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social, São Paulo, v.7, Outubro. 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial/site/images/stories/edicoes/v0712/efeito.pdf>. Acessado em: 08/01/2014.